

Parte 1

A Educação como tema da Sociologia

As instituições sociais que formam a sociedade devem servir ao homem. É exatamente sobre essa relação homem/instituições sociais que deve incidir o olhar do sociólogo: nas tensões entre instituições e vida.

Texto 1 - A sociedade educa

A sociedade é toda ela uma situação educativa, dado que a vivência entre os homens é condição da educação. A ação desenvolvida entre os homens os educa e, ao interagirem, educando-se entre si, os homens formam a sociedade.

A Sociologia tem como objetivo o estudo da sociedade, isto é, da forma pela qual os homens vivem em grupo, das relações que estabelecem e das consequências dessas relações. A educação é um dos temas centrais da Sociologia, uma vez que por educação entendemos o resultado e a condição das relações entre os homens.

Segundo Brandão, "ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação" (1981:7).

Os homens vêm ao mundo inacabados, precisando trabalhar para suprir suas necessidades. Ao se organizarem para o trabalho, os homens criam uma série de hábitos, de comportamentos, de maneiras de agir e de pensar, constituindo aquilo que chamamos de cultura — o modo de ser diferenciado que os homens adquirem ao se organizarem para a realização do trabalho necessário a sua existência. A educação, no sentido amplo definido acima, é um elemento importante para os homens na criação e na transmissão da cultura.

A forma de organização do trabalho e, portanto, da cultura é diferente entre os povos e entre os diferentes momentos históricos. Assim, a cultura dos chineses é diferente daquela dos europeus ou dos brasileiros. Mesmo no Brasil temos diferenças culturais. Como exemplo, a cultura dos índios é diferente daquela dos demais brasileiros, a dos brasileiros do Sul é distinta daquela dos nordestinos. É a importância da educação que levou os pensadores sociólogos como Durkheim (1858-1917) ou Mannheim (1893-1947) a se interessarem por ela, formando uma parte específica da Sociologia: a Sociologia da Educação.

A educação se mistura com toda a vida social. As relações entre educação e sociedade devem ser compreendidas; para isso se faz necessária a contribuição da Sociologia Geral.

Dessa forma, ao estudarem na Sociologia os conceitos de interação social, educação, socialização, cultura, instituições sociais e conhecimento, alunos e professores devem refletir sobre:

- a sua própria história, analisando como passaram ou passam por estes processos, vivenciando-os de determinadas formas;

- os diferentes processos de educação, socialização e cultura, percebendo não existir um tipo ideal único. Ao contrário, cada grupo social acaba produzindo maneiras diferentes de ser, segundo sua história;

- as razões que definem a condição histórica do ser humano, criador de novas formas de vida, e ao mesmo tempo capaz, por sua memória, escrita ou oral, de acumular experiências.

Os temas centrais que propomos para esta primeira parte são a educação, a socialização, a cultura e, especialmente, a escola enquanto instituição social, a educação escolar e a sociedade, a educação fora da escola, conteúdos culturais do processo educativo fora e dentro da escola.

A educação, a socialização e a cultura são processos sociais amplos, isto é, ocorrem independentemente da escola, embora também apareçam em seu interior. Portanto, embora sejam aspectos diferentes de um mesmo processo social, é preciso estabelecer as relações entre a educação escolar e a educação fora da escola.

O processo educativo que procura tornar o indivíduo um membro da sociedade é chamado de socialização. A socialização e, por decorrência, a educação dependem da capacidade que os homens

têm de influírem uns no comportamento dos outros, modificando-se mutuamente, no processo de interação social. Em outras palavras, é a capacidade de homens e mulheres reagirem, de serem capazes de atuar junto a outros homens e mulheres, aprendendo e ensinando, que torna possível a educação.

Na socialização atuam em interação os indivíduos e a sociedade. A socialização é um processo em construção, cujos agentes são o ser humano e o grupo social que o cerca. Nesse processo, ao mesmo tempo em que se aproxima da conduta do grupo em que vive, incorporando determinados padrões sociais, o indivíduo age também sobre ele, tendo a possibilidade de modificá-lo.

A socialização e a interação social, elementos do processo educativo, são também as condições e o resultado da vida social. É grande a influência dos padrões sociais na vida dos indivíduos. Esses padrões chegam mesmo a interferir nos processos fisiológicos do organismo, na percepção do eu, do outro, do mundo. É possível, por exemplo, constatar que funções vitais, como a alimentação, os horários de dormir e de acordar, as funções fisiológicas, etc., estão sujeitas a determinações socialmente impostas, ainda que nem sempre prontamente assimiladas pelo indivíduo, que por vezes resiste a essas determinações. Ao poucos, passamos a ter fome em horários previamente determinados, aos quais nosso organismo se adapta.

O processo de socialização não termina com a inserção da criança na sociedade. A socialização é um processo permanente, que progressivamente passa a fazer parte do conjunto de experiências do indivíduo.

Segundo Peter e Brigitte Berger, "o nascimento representa a entrada num mundo que oferece uma riqueza aparentemente infinita de experiências. Grande parte dessas experiências não se reveste de caráter social. Evidentemente a criança ainda não sabe estabelecer essa espécie de distinção. Só em retrospecto torna-se possível a diferenciação entre os componentes não-sociais e sociais de suas experiências. Mas, uma vez estabelecida essa distinção, podemos afirmar que a experiência social também começa com o nascimento. O mundo da criança é habitado por outras pessoas. Ela logo aprende a distinguir essas pessoas e algumas delas assumem uma importância toda especial. Desde o início a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente, mas também com outros seres humanos. A biografia do indivíduo desde o nascimento é a história de suas relações com outras pessoas" (1978:200).

Os indivíduos organizam sua vida em sociedade por meio das instituições sociais. As instituições sociais são formas de ação ou de vivência a que os homens recorrem, sistematicamente, visando a satisfazer determinadas necessidades. Essa recorrência sistemática dá forma à ação, de tal modo que as instituições se destacam do todo social por terem uma função ou finalidade, um objetivo que satisfaça a determinadas necessidades do ser humano, e uma estrutura, isto é, regras que organizam tanto as relações dos que dela participam, como o espaço físico onde acontecem estas relações. A família, a escola, o Estado, a Igreja, o partido político etc. são exemplos de instituições sociais. As instituições sociais têm papel fundamental no processo de socialização.

A recorrência sistemática às instituições sociais pode dar a elas uma aparência estática, imutável, um caráter de permanência. Contudo, ao olharmos a história, vemos que há momentos em que as instituições sofrem profundas mudanças. A instituição familiar é um bom exemplo para compreendermos essa questão, dadas as transformações havidas nas relações entre seus componentes nos últimos anos, principalmente em famílias residentes nos centros urbanos e mesmo às alterações havidas em sua composição. As mudanças nas instituições políticas do Estado brasileiro, o retorno à democracia depois de anos de autoritarismo (1964-1988) também mostram que as instituições se modificam pela ação de homens e mulheres.

Dentre as instituições sociais, destaca-se uma, primordial à vida em sociedade, que nem sempre é observada com atenção, embora seja uma das primeiras instituições com que o indivíduo se defronta. Refiro-me à linguagem.

Se definirmos a instituição social como sendo uma força/uma forma que atua sobre a conduta individual, logo perceberemos que qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, depende dos padrões da linguagem. Segundo Berger, "sejam quais forem as características das outras instituições — família, Estado, economia, sistema educacional etc. — as

mesmas dependem dum arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem de um universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes" (1978:193).

É por meio da linguagem que atribuímos significados às relações que estabelecemos com o ambiente ou com os outros seres humanos. É por meio da linguagem que desenvolvemos o pensamento. É impossível pensar sem nomear.

O estudo da linguagem serve, também, para mostrar a permanência e a mudança das instituições sociais.

As diferentes formas de linguagem — oral, escrita, gestual, artística — não tiveram sempre o mesmo peso na constituição da sociedade. Embora a linguagem escrita, nos dias atuais, tenha ganhado uma importância sem precedentes, a oralidade ainda é, em muitas situações, a única forma para conhecermos as manifestações culturais de muitos grupos humanos. As linguagens oral e escrita sofrem continuamente modificações. Novos termos ou expressões são incorporados e outros colocados em desuso. As formas de comunicação estabelecidas pela internet e pelos telefones celulares vêm modificando/abreviando o registro da linguagem oral. O grafite pode ser considerado uma nova linguagem dos espaços urbanos. Os grafites contêm mensagens aos grupos que representam, nem sempre compreendidas pelos demais segmentos sociais, assumindo, por vezes, a natureza de uma linguagem em códigos.

Assim, a estabilidade relativa das instituições sociais que formam a sociedade deve servir ao ser humano. Por isso, é exatamente sobre essa relação homem e mulher/instituições sociais que deve incidir o olhar do sociólogo: nas tensões entre instituições e vida. Nos casos em que as instituições, ou parte delas, tornam-se rígidas, distanciando-se dos motivos pelos quais foram criadas, cabe ver que isso não acontece como uma tendência natural. As instituições são sociais, criadas a partir das relações existentes entre homens e mulheres. Sempre, nas instituições, estão presentes grupos a quem interessa ou não a manutenção das instituições na forma como estão. As razões da manutenção ou da mudança das instituições são, portanto, sociais e históricas, devendo ser analisadas nessas dimensões. Nas instituições há sempre certa tensão. Na família, por exemplo, a tensão entre gêneros e gerações; no Estado, a tensão entre grupos ou classes distintas; nas Igrejas, a tensão entre elementos da hierarquia que as organizam e os seus seguidores, etc. Na análise que faz das instituições, o sociólogo deve contribuir para o reconhecimento da existência dessa tensão, localizando as tendências conservadoras ou inovadoras das instituições e indicando seus argumentos e justificativas.

As instituições sociais foram criadas pelos seres humanos. Elas não são naturais, isto é, não existem senão por vontade dos seres humanos. Não serão modificadas por simples ação da natureza, mas pelos diferentes sujeitos em sua ação e interação social. Elas são históricas: foram criadas em determinadas condições de vida social e devem ser mudadas sempre que necessário.

Isto também acontece com a instituição social escola, que não existe da mesma forma nas diferentes sociedades, sendo inexistente em algumas, ainda que nessas estejam presentes múltiplas modalidades de educação.

A escola é um lugar onde se aprende o conhecimento que a humanidade acumulou, valendo-se para isso da aprendizagem da escrita e a da leitura da linguagem falada. Cabe destacar que a leitura e a escrita na escola são ferramentas de aprendizagem e não podem ser reduzidas a finalidades em si, desassociadas do conhecimento social a ser organizado pelos currículos escolares a partir das necessidades das comunidades. É papel da Sociologia estudar como acontece essa aprendizagem na organização do currículo escolar, apontando quais são as dificuldades para o êxito dessa aprendizagem.

Se os homens são produtos das instituições sociais, eles também podem agir para criá-las ou modificá-las.

Texto 2

A educação e a escola: as relações entre saber e poder

Conforme afirmado no texto anterior, a educação acontece na vida das pessoas de forma ininterrupta e em todos os lugares onde elas estejam.

O homem, diferentemente de outros animais, não nasce com suas capacidades desenvolvidas. É ao longo de sua vida, pelas relações que estabelece com os outros homens, no processo de socialização, que ele as desenvolve. Uma das razões pelas quais isso ocorre é que o ser humano nasce e mantém enquanto vive a capacidade de aprender e de ensinar, transmitindo, mas também produzindo e modificando os conhecimentos e a cultura. A educação está ligada diretamente a esta capacidade, é parte do processo de socialização que humaniza o ser humano, isto é, que propicia o desenvolvimento de suas capacidades.

Contudo, a educação, embora ocorra em todas as sociedades, nelas não se apresenta de única forma. O que há, de fato, são educações, porque as experiências de vida dos homens e mulheres, suas necessidades e condições de trabalho, são diferentes.

Ao longo de sua história, em momentos e em sociedades determinadas, o ser humano criou instituições – as escolas - encarregadas de transmitir certas formas de educação e de saber, principalmente por meio da aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, nas escolas a educação não se dá de forma única, variando de uma escola para outra.

Um ditado popular afirma: "saber é poder". Que explicação pode ser dada a esse ditado? A qual tipo de saber ele se refere: àquele obtido pela educação escolar ou àquele que se obtém fora da escola?

As diferenças entre os seres humanos, ligadas ao saber que se transforma em poder, explicam-se pelo uso que os mesmos fazem do conhecimento: se o repartem igualmente ou se o utilizam como posse e poder de alguns sobre muitos. É com o trabalho que os homens produzem suas condições de vida. Há sociedades em que o resultado do trabalho, tal como o conhecimento produzido com ele, é dividido de forma mais igualitária.

Os índios brasileiros são um bom exemplo dessa forma de distribuição. A divisão do trabalho aí existente, entre homens e mulheres de diferentes idades, produz diferenças de conhecimentos, fato que não causa desigualdades profundas em suas condições de vida. Ainda que entre os índios também exista alguma diferença de poder, baseada no saber diferenciado de certos elementos, como os pajés ou os caciques, isso não acarreta diferenças materiais significativas entre os que convivem na tribo como um todo.

Os índios em geral não usam escolas para transmitir entre si sua cultura, marcada pela tradição oral. A educação, embora distinta entre homens e mulheres, é fruto da relação entre os membros da tribo, o saber é praticamente igual entre todos os que trabalham. Assim, na sociedade indígena, embora saber também seja poder, tal sociedade não está montada de forma a aprofundar as diferenças sociais.

Em empresas autogeridas, onde a decisão é tomada coletivamente em assembleias e onde a máxima vigente é cada cabeça um voto, também a divisão do poder, do saber e dos resultados da produção tende a ocorrer de forma mais igualitária. Essas empresas, criadas no Brasil a partir dos anos 90, retomaram a proposta das cooperativas de trabalhadores formadas no início da revolução industrial, há mais de duzentos anos. Essas empresas praticam um processo educador que tem como centro a democracia. Tal como essas empresas vem se constituindo, também no Brasil, uma rede de escolas democráticas, que buscam repartir democraticamente poder e saber, modificando a relação entre todos os que pertencem a sua comunidade – especialmente as relações entre professores e alunos¹. Mas, na maior parte das escolas públicas brasileiras, a democracia ainda está por ser implantada, reproduzindo a máxima: saber é poder para alguns, apenas.

Da mesma forma e diferentemente das escolas democráticas, em sociedades complexas, organizadas sob o sistema capitalista, onde a divisão do trabalho é bem maior do que na comunidade indígena, o conhecimento e os outros bens materiais que o trabalho produz são distribuídos de maneira desigual. Quanto maior for essa desigualdade, maior será a relação entre

¹Ver, nessa publicação, “Escolas Democráticas – projeto-prática em construção”, p. 57.

saber e poder porque, embora as condições para o saber sejam, como em qualquer sociedade, produzidas coletivamente, o conhecimento em si acaba ficando nas mãos de alguns. Aqui, o ditado "saber é poder" aplica-se em sua dupla relação: "poder também é saber". Como isso acontece?

Dissemos que o conhecimento está ligado ao trabalho, atividade prática que os homens e mulheres fazem para sobreviver. No trabalho os indivíduos se defrontam com obstáculos, que eles vencem com sua capacidade de imaginar e de construir alternativas. Suas mãos constroem as ferramentas necessárias para vencer tais desafios. Embora a solução possa aparecer pela cabeça de um ou de alguns seres humanos, o fato é que o problema sempre é trazido pela situação coletiva, social, do trabalho. Se a solução encontrada não voltar aos indivíduos que, trabalhando, produziram o problema, o saber assim produzido cada vez mais se torna poder, e se distancia daqueles que executam o trabalho: a sociedade divide-se entre os que pensam e os que executam. Nessas sociedades, da mesma forma que o conhecimento, o produto do trabalho e os meios para sua produção (máquinas, ferramentas etc.) estão distribuídos de maneira desigual: — aos que têm poder a maior quantidade de bens, à maioria dos trabalhadores, apenas o suficiente para repor suas energias. No capitalismo, os trabalhadores ficam desassociados da posse dos bens coletivos de produção e do resultado do esforço que fazem para movimentá-los.

A sociedade brasileira tem muitos exemplos dessa desigualdade. Situações nela presentes nos ajudam a compreender melhor a forma pela qual se concretiza essa desigualdade. Em uma fábrica, por exemplo, o trabalho pode estar dividido em uma linha de produção. Nela, cada operário realiza, repetidamente, a mesma tarefa. Ainda assim, é possível que esse operário consiga, a partir do lugar que ocupa na produção, apontar problemas do funcionamento da linha. A execução do trabalho pelo conjunto dos operários presentes, certamente, revela as questões básicas que devem, continuamente, ser resolvidas, aumentando o conhecimento das técnicas de produção.

Contudo, de forma exatamente contrária às empresas de autogestão mencionadas, quem detém a pesquisa e encaminha a solução para os problemas apontados não é o conjunto de operários. Outra categoria de trabalhadores, os engenheiros ou os técnicos brasileiros ou, mais frequentemente, do país-sede da empresa, no caso das multinacionais, são quem os resolvem, e o conhecimento produzido não volta aos trabalhadores como um todo. Mesmo nos métodos de produção organizados em "times" ou "equipes", onde a automação produziu rearranjos na organização produtiva, o saber dos trabalhadores continua sofrendo mecanismos de expropriação, por meio de diferentes práticas, inclusive as premiações que induzem a competição entre os grupos de trabalhadores assim organizados.

Assim, embora a prática do trabalho coloque problemas à teoria, esta assume um papel próprio, à parte daqueles que executam o trabalho prático. O trabalhador não dispõe de visão de conjunto da produção e de seus problemas. Mas isso ocorre, em especial, porque, no capitalismo, os resultados do trabalho coletivo são posse daqueles que têm a posse dos meios de produção e acumula o conhecimento sistemático decorrente da produção. Nessas condições, o trabalho deixa de ser uma atividade de criação e se torna uma atividade coercitiva. O objeto produzido, bem como o conhecimento decorrente do trabalho, não pertence àqueles homens e apenas servem para aumentar sua pobreza relativa.

É importante destacar que a divisão de trabalho, em si mesma, não separa o trabalhador do conhecimento. Em empresas autogeridas há divisão do trabalho sem haver expropriação do conhecimento de todos por alguns — as chefias. A divisão de trabalho é condição necessária, mas não suficiente, para que essa separação ocorra. De fato, além da divisão acentuada do trabalho, é preciso que a organização da produção, da informação e da sociedade esteja montada de forma a prevalecer uma hierarquia entre quem tem conhecimento e poder e quem não tem. Para observar essa diferença, basta comparar a divisão de trabalho existente em um mutirão popular organizado em autogestão e aquela, já citada, da linha de produção. No mutirão popular, os participantes dividem o trabalho por tarefas específicas, mas a comunidade como um todo cresce no conhecimento produzido a partir do trabalho e se apropria, igualmente, do seu resultado. Aqui o trabalho recupera sua condição de criação e de construção da liberdade humana. Certamente é impossível, no estágio atual de produção, com a enorme diversidade de atividades presentes, que a

divisão do trabalho deixe de existir. Cabe analisar que o problema não está, necessariamente, na divisão de trabalho, mas sim na perda de visão de conjunto que a grande maioria dos trabalhadores sofre, pelo fato de não deterem o controle da produção, do conhecimento produzido e da repartição do produto de seu trabalho. Na sociedade capitalista essa perda de visão de conjunto, retratada pelo que acontece com os operários na linha de produção, estende-se a toda a sociedade, em nível econômico, político e social, impedindo que a maioria dos trabalhadores tenha condições de interferir na direção da sociedade. Contraditoriamente, ao lado de um grande número de trabalhadores despossuídos das informações que norteiam as decisões, há um número reduzido de pessoas a quem este conhecimento é cada vez mais acessível, inclusive através de técnicas sofisticadas, decorrentes, por exemplo, do uso de informática. Uma das contradições da sociedade capitalista está na existência simultânea da concentração de saber e das técnicas que permitem democratizá-lo, mas que não são usadas com essa finalidade. Na sociedade capitalista, quem detém o poder detém as condições de determinados saberes, que permitem controlar a sociedade. Assim, na sociedade capitalista, não só saber é poder, como poder é, geralmente, condição de saber.

As instituições encarregadas da transmissão do saber, como a escola e os meios de comunicação — a TV, o rádio, os jornais e, mais recentemente, a Internet — estão presentes nessa sociedade e, obviamente, sofrem influências da forma pela qual ela se organiza. Uma expectativa de alteração no acesso às informações vem sendo atribuída à Internet, cujo uso pelas comunidades escolares brasileiras é ainda incipiente. Mas, sem dúvida, há um potencial enorme nesse meio de comunicação, cujo acesso livre é um tema polêmico e atual. As análises sobre a responsabilidade da escola na concentração de saber e do poder, existente na sociedade capitalista, têm variado entre aquelas que atribuem à escola um papel exclusivo na inversão dessa situação e aquelas que descartam radicalmente essa possibilidade. Nos dois casos, tais análises não aprofundam o exame das relações entre a escola e a sociedade capitalista como um todo, indicando, na escola, as situações que reforçam e as que são contrárias à manutenção do saber como direito exclusivo daqueles que detêm o poder.

A educação escolar difere da educação em geral por ser institucionalizada. É característica de qualquer instituição a repetição do comportamento e da ação, pela imposição de normas e de padrões que organizam essa ação e esse comportamento. A escola, por ser uma instituição, está organizada dentro de determinadas normas que acabam dando uma forma específica às ações que ali acontecem. A educação escolar distingue-se, portanto, da educação informal (sem forma ou normas rígidas) que acontece fora da escola. A escola tem espaços e tempos/horários próprios, estabelece critérios para o agrupamento dos alunos, tem profissionais que executam papéis diferenciados (o professor, o diretor, o servente etc.), possui um sistema de avaliação e deve cumprir uma função: transmitir e criar conhecimentos.

A primeira diferença entre o conhecimento escolar e aquele produzido no dia-a-dia está nas condições em que o conhecimento escolar é produzido e transmitido.

A segunda diferença é dada pela própria função da escola, isto é, a transmissão e criação contínuas de conhecimento. Por essa função contínua, a escola é obrigada a fazer uma organização do conhecimento transmitido. Tal organização é feita a partir de critérios. Espera-se que a organização do conhecimento escolar tenha como base as diferentes ciências. Refazer os passos da organização do conhecimento escolar é fundamental para se perceber o que ocorre na escola.

Cabe destacar que o conhecimento científico se caracteriza por sua sistematização a partir de um determinado método de observação e da parte da realidade que constitui o objeto de estudo de cada ciência: o objeto de estudo da Física é diferente do da Sociologia, o da História é diferente daquele da Matemática. As ciências, portanto, fazem cortes na realidade e separam partes dela para estudo. As disciplinas escolares, baseadas nas diferentes ciências, repetem esses cortes. Contudo, embora haja essa seleção, o que faz a ciência produzir novos conhecimentos é a percepção de que o conhecimento produzido não é suficiente para explicar a realidade, sempre mais complexa e interligada que a seleção feita pelo estudo científico. Assim, na ciência, conhecimento e realidade devem estar em constante interação. O conhecimento científico não deve se tornar dogmático, verdadeiro em si mesmo, ele precisa voltar constantemente à realidade e à experimentação para

demonstrar sua validade.

Esse movimento do processo de produção da ciência, contudo, nem sempre é seguido pela escola ao selecionar os conteúdos das disciplinas escolares. Muitas vezes, eles são apresentados, de forma autoritária, como verdades acabadas, desligadas da realidade. Em geral, isso ocorre pelo uso que é feito dos livros didáticos e, mais recentemente, pelo uso de sistemas apostilados, que, perdendo sua característica de referência, para alunos e professores, passam a ser usados como guias exclusivos e determinantes da seleção dos conteúdos escolares.

Quando isso acontece, a escola perde uma parte fundamental de sua função, que é ser um local de criação e elaboração de conhecimentos para o estudo da realidade, tornando-se mera reprodutora de um conhecimento, muitas vezes distorcido, simplificado ou dogmático. Com essa prática, professores e alunos perdem sua condição de sujeitos do conhecimento, tornando-se meros "tarefeiros", à semelhança do que ocorre com os operários na linha de produção.

Como resultado dessa prática pode ocorrer a terceira diferença. Fora da escola o conhecimento é produzido a partir das necessidades imediatas da vida, na sobrevivência nas ruas dos centros urbanos, no campo — o menino ou a menina que trabalham numa feira, por exemplo, aprendem a fazer o troco sem nunca ter ido à escola; o pedreiro, da mesma forma, calcula o número de tijolos e a quantidade de cimento e areia ao fazer a parede; o plantador de cana sabe as "braças" que deve receber na colheita, etc. Já o saber escolar, embora possa e deva ter relação com a vida dos que frequentam a escola, muitas vezes se apresenta como distante dela. Se o conhecimento da escola se distancia das necessidades de vida dos alunos amplia-se a possibilidade de exclusão daqueles que deveriam dominar esse conhecimento, reproduzindo de forma conservadora a vida desigual dessa sociedade, onde poder traz saber.

Assim, é importante que professores e alunos busquem conhecer o que vêm ocorrendo nas escolas democráticas que organizam o conhecimento desenvolvido em seus currículos a partir da curiosidade/necessidade dos alunos, que participam das assembleias em que são tomadas as principais decisões escolares, inclusive aquelas em que conhecimentos científicos e populares são selecionados para integrar as atividades.

A escola é um direito. Homens e mulheres devem ter acesso a um local onde aprofundem sua capacidade de criadores e elaboradores de conhecimentos, também pelo acesso àqueles conhecimentos já obtidos pelo desenvolvimento das ciências. A escola, inclusive, deve se organizar para superar os limites que a divisão de trabalho existente na produção, coloca aos trabalhadores, retornando a eles o conhecimento produzido nas situações coletivas de trabalho. A escola deve ser um meio que possibilite ao conjunto da população a discussão e a interferência na direção da sociedade, em nível econômico, político e social. A escola pode ser um espaço em que as desigualdades sociais sejam suspensas, propiciando uma convivência democrática entre iguais. Mas para este desenho é preciso que a comunidade escolar (profissionais da escola, alunos e famílias), construa uma proposta em permanente discussão, visando a consolidar as condições — os tempos e os espaços — para que isso ocorra, o que não é uma tarefa fácil.

Com esse objetivo, é preciso que as escolas rompam com os limites que restringem a atividade escolar à mera repetição do conteúdo arrolado pelos livros didáticos e apostilas, procurando a formulação de propostas curriculares que integrem os conteúdos das diferentes disciplinas na explicação da realidade presente interna e externamente à escola.

A afirmação da importância da escola não descarta, ao contrário, exige uma análise crítica dessa instituição que, como tal, não é natural nem imutável, deve servir ao homem e à mulher, à melhoria de suas vidas. Essa deve ser a chave de análise da escola, possibilitando verificar até que ponto a escola contribui, de fato, para que o saber possa, efetivamente, ser de todos e não apenas de alguns, não, por acaso, os que detêm o poder econômico e político.

Texto 3

A escola e a cultura

Para compreender a escola e seu resultado é preciso recorrer ao sentido amplo da palavra cultura, isto é, o conjunto de costumes, dos modos de viver, de vestir, de morar, das maneiras de pensar, das expressões de linguagem, dos valores de um povo ou de diferentes grupos sociais.

Para Brandão, "a palavra cultura deve ser entendida como compreendendo tudo o que existe transformado na natureza pelo trabalho do homem e que, através de sua consciência, ganha significado" (1981:25).

Sarup, no livro "Marxismo e Educação", discute três contribuições importantes, dadas pelos antropólogos, para a compreensão da abrangência dos determinantes culturais (1980:32-34). Essas contribuições servem, sobretudo, para distinguir a cultura do saber escolar, mostrando que a escola deve, para ser bem-sucedida, colocar-se aberta à cultura de seus alunos:

1. Os antropólogos afirmam que as categorias do pensamento não devem ser impostas. O antropólogo não procura manter suas opiniões e categorias de experiência sobre os fenômenos que estuda. Procura assumir o ponto de vista do grupo que estuda para melhor compreendê-lo. Em muitos aspectos da educação escolar, porém, esta posição não ocorre, os valores de "classe média" são considerados como um modelo a ser imposto a todos os alunos, pela "seleção", "ritmo" e "avaliação" do conhecimento escolar. Argumenta-se então que o desenvolvimento cognitivo dos grupos mais pobres é insuficiente.

2. Sustentam que a cognição está relacionada ao contexto cultural. Ressaltam que o conhecimento não pode ser estudado como atividade isolada. Estudar a cognição é estudar o comportamento cognitivo com outros aspectos da cultura. Ressaltam, também, que as ações são sempre dependentes de seu contexto situacional. Não só as ações, mas as palavras, a própria linguagem e o próprio contexto cultural. O aprendizado de qualquer lógica é uma atividade altamente situada que não pode ser tratada como se estivesse livre do contexto, sob o risco dessa aprendizagem não se tornar significativa para o aluno.

3. Afirmam que as pessoas sabem fazer bem o que é importante para elas. Como exemplo, Sarup cita os habitantes das Ilhas Puluwat, pequeno atol da Micronésia, estudado pelo antropólogo Thomas Clandwin. Este povo desenvolveu habilidades navegacionais surpreendentes, transmitidas entre as gerações por meio da oralidade e dos costumes. Eles planejam cada viagem com antecipação, valendo-se de um corpo específico de conhecimentos, que é prático e útil. Ignorando os navios de passageiros e sua disposição, eles conduzem as canoas, sem fazer uso de bússola, atravessando muitas milhas, em pleno Oceano Pacífico. Sua navegação depende de aspectos do mar e do céu que aprenderam a observar na comunidade em que vivem. Ela baseia-se em um sistema tão complexo que os ocidentais não podem reproduzi-lo sem o uso de instrumentos avançados. Assim, "o que é aprendido" como "prático" em Puluwat, seria considerado altamente "teórico", "abstrato", em um colégio naval. Ironicamente, quando um navegador de Puluwat é submetido a um "teste de inteligência", seu índice de realização mental parece baixo. Sarup demonstra, dessa forma, a inadequação destes testes, porque violam os princípios delineados acima, segundo os quais as categorias de pensamento não devem ser impostas, a cognição se relaciona com o contexto cultural e as pessoas fazem bem o que é importante para elas (1980:32-34).

O exemplo trazido por Sarup facilmente se reproduz no campo ou nas cidades brasileiras, em situações de trabalho, em que as crianças se mostram extremamente competentes, embora sejam reprovadas ou "expulsas" pela escola.

As contribuições dos antropólogos ganham mais importância quando se discute os outros significados atribuídos à palavra cultura. Ela em geral aparece com o sentido de conhecimento acumulado por meio de cursos e/ou da obtenção de títulos escolares, ou mesmo de saber atribuído como "natural" a indivíduos de classes sociais mais elevadas. A expressão homem ou mulher culta pode ser usada para alguém que seja doutor pela Faculdade ou que simplesmente, por suas maneiras, demonstre certa origem de classe.

Em geral, essas duas características (origem de classe e títulos escolares), presentes neste

significado da palavra cultura, dão a esse conceito um sentido valorativo que permite a contraposição de pessoas com e sem cultura, relevando uma oposição nítida de classe social e preconceito dissimulado, que muitas vezes se enlaçam a supostos saberes considerados específicos de homem e de mulher, misturando-se com preconceitos de gênero.

Nas eleições presidenciais brasileiras de 1988/89, era comum a afirmação segundo a qual o "operário candidato" não poderia governar, pois não tinha cultura, em contraposição ao moço vindo de "família importante". O mesmo preconceito volta a aparecer nas eleições de 1992/93, agora na comparação entre esse mesmo operário e o professor universitário, sabedor de vários idiomas, ou ainda, mais recentemente na "capacidade ou incapacidade cultural de uma mulher", candidata à presidência do país.

Essa concepção aparece não apenas como opinião de parte da população. Nos meios educacionais, universitários, na década de 1970, teorias sobre o "déficit cultural" das camadas mais pobres circularam livremente para explicar o fracasso escolar. Programas para compensar essa defasagem foram formulados e implantados nessa década, a chamada "educação compensatória". Tinham como fundamento uma explicação do fracasso escolar baseada na deficiência cultural das camadas mais pobres da população. Os programas de educação compensatória se propunham a suprir essa deficiência cultural, antes da alfabetização, podendo, contudo, estender-se, inclusive, pelas séries iniciais.

Segundo Patto, "a aceitação que esta explicação do fracasso escolar das crianças das classes subalternas encontrou no Brasil nos anos setenta é compreensível por vários motivos: continha uma visão não-negadora do capitalismo; atendia aos requisitos da produção científica, tal como esta era predominantemente definida ainda nesta época; vinha ao encontro de crenças arraigadas na cultura brasileira a respeito da incapacidade de pobres, negros e mestiços; reforçava as "explicações do Brasil" então em vigor, segundo as quais o subdesenvolvimento econômico mergulhara, infelizmente, parte significativa da população numa indigência intelectual e cultural, cuja reversão era proclamada como imprescindível ao "milagre brasileiro", apelido dados às ações em curso, implementadas pelos governos militares (1987:533-534).

Mesmo quando se fez a crítica a esta concepção da palavra cultura e a esta teoria, usando-se outra, baseada na expressão "diferença cultural" que se reconhecia existir entre as diversas camadas da população, ainda assim o sentido valorativo dessa prática permaneceu. Muitas vezes, medidas visando a contemplar as diferenças culturais tornaram-se apenas formas que pretendem compensar uma cultura frente à outra.

As contribuições dos antropólogos trouxeram, portanto, a crítica ao conceito de privação ou carência cultural e, portanto, a todos os mecanismos da chamada educação compensatória, que efetivamente não tem razão de ser.

Tal fato foi na prática demonstrado quando, nos anos setenta, apesar dos programas de educação compensatória, os índices de repetência se mantiveram.

Feita a crítica aos princípios preconceituosos da educação compensatória, é preciso que os educadores se preocupem, ao construírem os currículos escolares, com as relações que devem estabelecer entre o saber escolar e aquele que existe fora da escola. Nesse sentido uma nova concepção de currículo deve ser trabalhada, englobando as disciplinas escolares, tomadas dentro do dinamismo conferido às ciências enquanto construtoras de um saber que necessariamente se relaciona com a realidade, no caso, aquela vivida pelo conjunto de alunos e funcionários da escola. Uma concepção de currículo, portanto, que se preocupe com as ações realizadas pela escola como um todo e com sua interação com a realidade local e com aquela, mais ampla, do país em que está inserida, sem perder as dimensões do conhecimento do mundo atual, marcado pela velocidade das informações que circulam nos meios de comunicação informatizados.

Portanto, nesse currículo, necessariamente, devem estar questões da Internet e da chamada sociedade do conhecimento. A informática como objeto de ensino e ferramenta do processo de ensino deve ser considerada como fazendo parte do momento presente, ainda que nem sempre acessível e, portanto, nem sempre fazendo parte da cultura dos alunos, professores e funcionários.

Texto 1

Breves Orientações de Pesquisa²

Algumas orientações para essas atividades devem ser consideradas. A primeira delas é que as pesquisas não devem manipular ou tratar os sujeitos/instituições pesquisadas como se fossem coisas/objetos. Toda pesquisa deve seguir um código de ética, segundo o qual o pesquisador informa ao pesquisado o objetivo da pesquisa, pede autorização para fazê-la e se compromete a retornar para ele os resultados, num tratamento respeitoso que considera o outro como um sujeito social. Também com esse objetivo, em geral, na divulgação dos resultados, recomenda-se que os sujeitos/instituições tenham suas identificações preservadas, o que exige que o pesquisador se valha de “nomes-fantasia”, ainda que situações em que haja autorização prévia do pesquisado possam não obedecer a essa regra de sigilo.

É fundamental observar a natureza do estudo a ser feito, discutindo os diferentes métodos que podem ser aplicados no levantamento das informações e dados. Métodos qualitativos (observação, questionário, entrevista, grupo focal, história de vida, análise documental) podem, por vezes, ser combinados a métodos quantitativos (enquetes/levantamentos estatísticos amostrais ou censitários). Cada método deve ser analisado pelo professor e aluno para verificar sua adequação ao objetivo da pesquisa.

Qualquer que seja a abordagem adotada, um estudo deve se valer preliminarmente de pesquisa bibliográfica relativa ao tema, atividade que precede, mas que, também, acompanha o *trabalho de campo*, isto é, a coleta das informações, sendo fundamental para a análise dos dados achados.

Novamente, a internet é uma ferramenta inquestionável para o levantamento de bibliografia. Nela se encontram acessíveis muitas revistas de caráter científico, com relatos de pesquisas em andamento e já concluídas³. Como deve ser feito em qualquer outra modalidade de pesquisa bibliográfica, os levantamentos realizados nesse meio eletrônico exigem o cuidado rigoroso na citação das fontes, obedecendo às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por fim, todo aluno-pesquisador precisa se valer de uma forma de registro escrito, denominada “caderno de campo”, que deve conter, no início, o planejamento do trabalho, com a sequência de atividades previstas. Atualmente, aparelhos eletrônicos – como tablets e celulares, com dispositivos fotográficos, podem facilitar os registros da pesquisa, inclusive com fotos e pequenos vídeos. O importante é que os registros sejam armazenados de forma a permitir sua categorização pelo pesquisador, procedimento que consiste em retomar o material registrado, fazendo as devidas classificações por assunto e/ou questão anotada, construindo as categorias que permitam o aprofundamento do tema, que possam respaldar-se em produções teóricas e que irão facilitar a produção do Relatório da Pesquisa.

Este Relatório nada mais é do que a apresentação e a justificativa da pesquisa, o seu desenvolvimento, isto é, os procedimentos utilizados, e os principais achados ou conclusões,

²Consultar:

Univesptv. *Instrumentos e técnicas de pesquisa*, in:

<http://www.youtube.com/watch?v=W7owrZJD0HQ>

Univesptv. *Pesquisa em Ciências Humanas e Educação*, in:

<http://www.youtube.com/watch?v=v7Z8n6RjopQ>

http://wiki.ua.sapo.pt/wiki/T%C3%A9cnicas_e_Instrumentos_de_Recolha_de_Dados_na_Investiga%C3%A7%C3%A3o_em_Educa%C3%A7%C3%A3o

³Consultar para isso a publicação do SciELO (Scientific Electronic Library Online), uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso

respaldados na literatura temática selecionada. Escrever o Relatório de uma pesquisa sempre pode parecer difícil! Por isso, é muito importante que o professor estimule e oriente os alunos, valorizando essa atividade.

A abordagem qualitativa

A abordagem qualitativa, bastante usada pelas ciências sociais, pretende o esforço de compreender e, portanto, é de natureza processual. Como se disse, na pesquisa de natureza social objeto e sujeito do conhecimento coincidem, misturando-se na complexidade do social. Como ocorre em qualquer pesquisa, também o aluno/pesquisador se conhece ao conhecer e para isso precisa ser formado, aprendendo a prestar atenção a seus próprios comportamentos e atitudes. É preciso chamar a atenção dos alunos quanto a essa característica intrínseca do pesquisador e, especialmente, do sociólogo, da sociologia e da docência, cujo objeto é o ser humano em sua relação com o outro e com suas organizações e instituições sociais (MARTINS & BOGUS, 2004).

A intenção de compreender do método qualitativo de pesquisa valora dados ricos em descrições de pessoas, situações, acontecimentos e vivências. A abordagem qualitativa substitui as correlações estatísticas pelas descrições e as conexões causais objetivas pelas interpretações, que devem ser feitas com a necessária cautela – o aluno/pesquisador deve aprender a se perceber na relação dialógica buscada na abordagem qualitativa, aprendendo, também, a fazer a observação atenta sobre os fatos estudados e sobre os contextos sociais onde os mesmos se inserem (MARTINS & BOGUS, 2004).

Seguem alguns procedimentos da pesquisa qualitativa.

As observações devem ser precedidas de uma problematização, que prepare o olhar do observador para “estranhar” a realidade a ser observada com o intuito de desnaturalizá-la, especialmente quando a observação é dirigida a locais como a escola, onde o aluno/professor frequentou e/ou frequenta de forma cotidiana e por longos períodos, sendo, por essa razão, portador de certa “cegueira situacional” em relação a esses espaços e às relações neles desenvolvidas.

As entrevistas, muito usadas em pesquisas qualitativas, devem ser precedidas de roteiro cuidadoso, um guia seguro da ação, o que não significa a exigência de seu cumprimento rígido, posto que deva ser uma possibilidade de caminho. Isto quer dizer que podem ocorrer situações em que o entrevistado conduz a entrevista para rumos não previstos. Aproveitando as novas informações, o entrevistador deve deixar o depoente falar com liberdade e ter a agilidade para não se perder no processo expositivo do entrevistado, retomando o roteiro quando julgar conveniente. As entrevistas podem ser gravadas ou anotadas. No primeiro caso, deve ser pedida autorização do entrevistado, antes de iniciá-la. No segundo caso, o pesquisador faz anotações em seu caderno de campo, completando-as no momento seguinte da entrevista a fim de não perder detalhes importantes do depoimento. A escolha do procedimento a ser tomado deve ser feita a partir de cada situação, pois há casos, inclusive, em que o pesquisador não deve sequer fazer as anotações para evitar inibições desnecessárias do entrevistado. Neste caso, em especial, o entrevistador deve fazer as anotações imediatamente após terminar a entrevista, aproveitando a memória recente dos depoimentos. Dessa forma, ainda que a definição da entrevista em estruturada (com questões fechadas), semi-estruturada ou aberta seja preliminar a sua realização, é no ato da mesma que a definição se consolida, de fato. A entrevista deve trazer um clima de interação, no qual o entrevistador se coloca na situação do entrevistado, favorecendo o diálogo. Nesse sentido, é importante que o entrevistador fique atento às manifestações corporais ou de expressão do entrevistado, porque também o comportamento e as atitudes do entrevistado são uma linguagem reveladora de seu pensamento, podendo estar de acordo ou não com o relato oral do mesmo, trazendo, por isso, novas informações ao pesquisador.

O grupo focal é uma entrevista coletiva com um grupo de depoentes, cuidadosamente selecionados por critérios que atendem aos objetivos da pesquisa. Nesse caso, o pesquisador atua, a partir de um roteiro elaborado previamente, provocando os depoimentos do grupo. Os grupos focais são geralmente gravados ou filmados. Um cuidado prévio importante a ser feito pelo pesquisador é obter um conjunto de informações a respeito de cada um dos informantes, de forma a

qualificar/identificar seu depoimento no grupo. Um grupo focal é uma técnica interessante de ser aplicada em pesquisas junto a jovens, por exemplo: para colher seus depoimentos sobre a situação escolar.

A história de vida é uma entrevista em que o entrevistador busca um depoimento com maior profundidade. Deve ser cuidadosamente preparada em todos os aspectos – roteiro, local e tempo de duração necessário ao desenvolvimento da entrevista. Bosi (2003) chama atenção sobre esses aspectos, especialmente, se a entrevista for com idosos, por exemplo: velhos professores ou parentes mais velhos no caso da pesquisa sugerida a seguir. A história de vida pode trazer uma carga emocional maior ao entrevistado e seu desenvolvimento caminha, em geral, numa espiral, na qual o depoimento inicial mais fechado vai se alargando no correr da entrevista, que pode incluir a busca de documentos antigos pelo depoente, como a apresentação de fotos ou de outros objetos, que devem receber a atenção cuidadosa do entrevistador.

A coleta e análise de documentos: – nas entrevistas ou mesmo em ações intencionais com essa finalidade, o pesquisador pode coletar documentos que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum pesquisador, como, por exemplo, documentos arquivados por entrevistados ou em escolas, reportagens, fotografias, gravações, entre outros. Estes documentos integram as fontes primárias de uma pesquisa. Documento é qualquer tipo de testemunho registrado (Cellard, 2008). Na análise de um documento, o pesquisador busca identificar informações factuais a partir de questões e hipóteses de interesse de sua pesquisa (LÜDKE e ANDRE, 1986:38).

A abordagem quantitativa

Com relação aos métodos quantitativos, eles se valem de amostras e ou de censos, pois eles buscam analisar a frequência e a regularidade de determinados fatos. Os métodos quantitativos que podem ser usados de forma complementar aos métodos qualitativos, ou seja, os estudos quantitativos podem gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa (Minayo e Sanches, 1993).

Os questionários, em geral utilizados em pesquisas quantitativas, precisam ser elaborados com atenção para evitar questões indutoras, que coloquem respostas na “boca do respondente”, antecipando de forma equivocada o resultado da pesquisa. A formulação das questões deve ser elaborada de forma a levar ao respondente a informação precisa do que está sendo indagado. As questões podem propor respostas fechadas ou abertas. O primeiro caso é constituído por alternativas, em que o respondente assinala a opção que considera adequada, no segundo, o respondente é livre em sua resposta, podendo, apenas ter delimitado no instrumento o número de linhas para resposta. Nos dois casos, é preciso tabular as respostas, isto é verificar a incidência quantitativa de cada resposta, que no caso de questionários com questões abertas, precisam ser categorizadas para que o pesquisador possa ver de igual maneira, a incidência numérica dos argumentos/opiniões/informações utilizados nas respostas.

Outros documentos já analisados por pesquisadores podem ser acessados por estudantes e professor /pesquisadores, tanto em pesquisas qualitativas quanto nas de natureza quantitativa. Eles se constituem em fontes secundárias de pesquisa. Nessa direção, a internet é uma fonte importante de dados qualitativos e quantitativos. Bancos de dados quantitativos e de documentos oficiais estão cada vez mais disponibilizados por esse meio, sendo extremamente acessíveis os dados censitários de pesquisas populacionais e de outros temas.

Seguem-se algumas sugestões de pequenas pesquisas. Alunos e professores podem/devem introduzir modificações nos roteiros apresentados ao prepararem antecipadamente essas atividades.